



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

APROVADO POR: maioria, com 10 (dez)
votos a favor e um (01) contra do Edil

Em 12 de 09 de 1986 Leuz Angel

Presidente da Câmara

Ofício nº: CLJR/038 /86, em 08 de setembro de 1986

Assunto : PARECER

Serviço : Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

APROVADO POR: maioria, com 10
(dez) votos a favor e um (01) contra
do Edil Leuz Angelo, em 2º

Em 12 de 09 de 1986 3º votas

Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

DR NORTON ANTÔNIO FAGUNDES REIS

DD. Presidente da Câmara Municipal

UBÁ/MG

REF.: Projeto de Lei nº 19/86: Dispõe sobre contagem de tempo e dá outras providências.

Senhor Presidente:

Os Vereadores abaixo assinados, membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após examinarem os documentos que compõe o presente Projeto de Lei, emitem o seguinte posicionamento:

a) em 04.08.86, através da Mensagem 014, d' Chefe do Executivo Municipal, Prof. José Bigonha Gazolla, o reencaminha à Casa e pede sua apreciação em regime de urgência, com fulcro no artigo 59, da Lei Complementar nº 3, de 28/12/72;

b) pela imprensa local (Cidade de Ubá nº 2465) e conforme cópia afixada no Quadro de Avisos do Paço Municipal "Governador Ozanam", constatamos a publicação da Portaria nº 1532, de 04.08.86, onde o Chefe do Executivo "Considerando que o enquadramento dos funcionários estatutários do Município foi realizado em discordância com as normas legais pertinentes à matéria; Considerando que, na forma do entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Administração pode anular os seus próprios atos, quando viciados; Considerando que o erro da Administração não gera direito adquirido", resolve " Autorizar à Divisão de Pessoal a promover o re-enquadramento dos funcionários estatutários do Município, na forma da Lei nº 1716/85, mantendo destacado, nos registros funcionais e contra-cheques, o percentual de quinquênio já adquirido pelos mesmos, antes da vigência da referida Lei";

c) a Lei Complementar nº 3/72, cita em seus artigos 149 e 150 o direito a "quinquênios" a quem têm os servidores, a partir do quinto ano de exercício, no montante de 5% (cinco por cento) por quinquênio;



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº.:

Assunto :

Serviço :

.../...

d) a Lei Municipal nº 1716, de 11.12.85, estabelece em seu art. 11, a "progressão horizontal", a cada 1.095 dias, ou sejam três anos, e pelo 'anexo II desta Lei, confirmamos o benefício, em média de 3,6%(três vírgula seis por cento), por progressão a cada três anos;

e) em reunião do dia 28.07.86, nesta Sala das Sessões, o Técnico de Planejamento e Pesquisa da Fundação João Pinheiro, entregou em mãos, ao Colega José Xavier Brandão Teixeira, seu parecer sobre o Projeto de Lei em tramitação na Casa de onde destacamos:

"De início, é mister louvar a iniciativa do Poder Executivo local em proceder à completa reorganização do quadro funcional da Prefeitura, com a adoção de um novo Plano de Cargos e Salários compatível com a realidade do Município"

"Na conformidade da técnica usualmente adotada pela FJP, sugeriu-se à Municipalidade a consagração do sistema do mérito, isto é, a valorização do servidor de acordo com o seu desempenho, premiando aqueles que demonstrem real valor profissional."

"Diga-se, de passagem que tal critério, hoje, con figura-se como baliza maior da reforma administrativa federal, e foi adotado, com sucesso, em outros Planos de Cargos e Salários elaborados pela FJP, entre os quais os das Prefeituras de Teófilo Otoni e Montes Claros, somente para citar os da seara municipal."

"Porém, o Estatuto dos Funcionários Públicos de Ubá dispunha sobre quinquênios, cuja coexistência com a progressão horizontal é inexecutável, por diversas razões. De início, ressalta-se o alto encargo financeiro de ambas as vantagens, a onerar em demasia o Erário; por outro lado, inadmissível, tecnicamente, a concessão de duas vantagens com o mesmo fundamento, vale dizer, acréscimos decorrentes de tempo laboral, o que representaria o odioso "bis in ibidem".

"Destarte, a progressão horizontal, que nada mais é do que um "triênio" condicionado a uma avaliação de desempenho positiva, a afastar os funcionários desidiosos, sucedeu ao quinquênio."

"Tal alteração materializou-se na Lei Municipal nº 1716/85, em seu artigo 10, que suprimiu tacitamente o quinquênio."

"Por outro lado, perquiriu-se sobre a norma do art. 150 da Lei Complementar nº 03/72, "ex verbis":

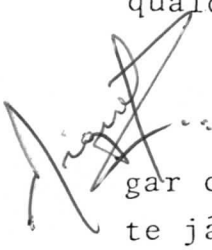
"Tal matéria não é constitucional, devendo ser objeto de lei ordinária, de iniciativa do Executivo, que observará a disponibilidade dos cofres públicos para seu pagamento."


"A norma mineira ainda agrava a situação, já por si inconstitucional, ao estender o privilégio aos servidores municipais, em flagrante infringência dos artigos 14 e 15 inc. II b da Carta Magna."

"O fato de tal dispositivo não ter sido objeto de declaração de inconstitucionalidade não impede que esta declaração se dê incidentalmente em qualquer lide, desde que provocado o Juízo. Portanto, o não acolhimento da regra do art. 150 da Lei Complementar passa ao largo da ilegalidade, sendo perfeitamente lícita a supressão da gratificação por tempo de serviço."

"De toda forma, a corroborar estas assertivas, trazemos à lume que o quinquênio foi substituído pela progressão horizontal, com nítidas vantagens para os servidores, já que representa maior acréscimo pecuniário, e para a Administração."

"Não houve, como já ficou sobejamente demonstrado, qualquer dano ao patrimônio dos servidores."

 "Reitera-se da absoluta impossibilidade de se pagar o quinquênio sobre o novo valor da remuneração, já que neste já consta tal gratificação. Impossível pagar duas vezes a mesma prestação"



"Diante do erro da Administração, que não gera di-
reito adquirido, optou-se por legalizar o ato, sendo também
possível decretar sua nulidade e refazer o enquadramento, sepa-
rando do vencimento valor do quinquênio".

"Por conseguinte, o dito englobamento, por viciado, não ge-
rou qualquer direito ao servidor e deve ser reparado, pela via legal ou pela
via administrativa".

"Como o Chefe do Executivo optou por conceder outra benesse'
aos servidores, contando-se o tempo anterior à Lei para fins de progressão ho-
rizontal, apresentou o projeto de lei e estes esclarecimentos fazem-se neces-
sários para tornar límpida a legalidade das iniciativas do Executivo, fornecen-
do subsídios ao acurado exame da Câmara Municipal".

Em suma: este Projeto de Lei visa aproveitar o decurso de
tempo entre o último quinquênio percebido pelo funcionário e o início da vigência da
Lei 1716/85.

Assim sendo, Senhor Presidente, somos pela aprovação do pre-
sente Projeto de Lei que visa regularizar a situação funcional dos servidores esta-
tutários do Município.

É o nosso parecer, smj.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR LINCOLN RODRIGUES COSTA"

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL


VEREADOR MIGUEL POGGIALI GASPARONI

Presidente


VEREADOR JOSÉ JANUÁRIO CARNEIRO NETO

Membro titular


VEREADOR JOSÉ XAVIER BRANDÃO TEIXEIRA

Membro titular